

# Sem Mudança Não Há Esperança

Documento-Base para o Debate e o Diálogo

**“Vem por aqui” – dizem-me alguns com os  
olhos doces/Estendendo-me os braços, e seguros/  
De que seria bom que eu os ouvisse/ (...) Não, não  
vou por aí! Só vou por onde/ Me levam meus  
próprios passos.../ (...) Ninguém me diga: “vem  
por aqui!”/ (...) Não sei por onde vou/Não sei para  
onde vou/ Sei que não vou por aí! (José Régio –  
*Cântico Negro*)**

A Declaração Política que trazemos a público, aprovada pelo Diretório Nacional do PPS, em reunião realizada no Rio de Janeiro, RJ, em 02/08/2004, tem por objetivo servir como referência para a ação da militância e abrir o debate e o diálogo com o governo, os partidos políticos e a sociedade civil organizada. Abordando assuntos polêmicos e uma agenda atual, ele é produto de contribuições diversas - de dirigentes e militantes do partido, economistas, empresários, jornalistas e de estudiosos de nossa realidade.

Com essa iniciativa, o PPS está agindo com a responsabilidade que sempre marcou suas ações, na esperança de que os melhores caminhos para o nosso país possam ser trilhados e, assim, superarmos a angustiante desigualdade social que marca a realidade brasileira.

\* \* \*

O Partido Popular Socialista – PPS integrou-se à grande rede de apoio que, no segundo turno do pleito presidencial, levou Luiz Inácio Lula da Silva à vitória nas urnas. Passou, também, a participar do governo e da sua base de sustentação no Congresso, objetivando uma gestão cuja marca seria a esperança.

Como afirmamos em documento político de maio de 2003, foi correta a prudência com que o governo manteve, nos seus primeiros meses, o modelo macroeconômico herdado. Porém, alertamos, à época, que a continuidade desse modelo acarretaria sérias consequências sociais, econômicas e políticas. E que se impunha a ultrapassagem do limite da prudência, sendo urgente a correção de rumos, a fim de conduzir o país a um desenvolvimento de interesse da maioria.

No momento, assiste-se a uma relativa recuperação da economia em níveis acima dos esperados, decorrentes, sobretudo, de certa capacidade ociosa que existia na indústria e de uma série de fatores econômicos, internos e externos, favoráveis. Não existem números que permitam assegurar que esse crescimento que ora se verifica seja suficiente para ter sustentação no ritmo indispensável e capaz de suprir as necessidades da população brasileira, sabendo-se que a tendência é de o desempenho da economia, daqui para a frente, ser em níveis bem mais modestos. Estruturalmente, o problema do crescimento sustentado está na ausência de mecanismos capazes de manter a economia crescendo de forma consistente.

E essa realidade faz com que frases retóricas - “o Brasil está à beira do caos” e “o país atravessa a maior crise de sua história” -, estejam longe de identificar e interpretar a conjuntura em que vivemos. Mas não é retórica a observação de que a situação econômica estrutural é grave, acumulando diferentes fatores de crise há décadas, que continuam a se aprofundar no atual governo. A nossa tragédia é lenta, agônica, e, se não for atacada com determinação por nova agenda social, política e econômica, seguirá se arrastando pelos tempos vindouros.

Se se mantiver o atual modelo, mesmo que haja crescimento econômico em índices anunciados de 3% a 4% do PIB, o país não encontrará o rumo do seu desenvolvimento social, político, econômico e ambiental, e perderá as oportunidades colocadas pela globalização e pelo avanço científico e tecnológico. Como consequência, o desemprego, as desigualdades e a violência aumentarão, afetando negativamente todo o tecido social, da cultura à política, do Sul ao Norte, da criança ao idoso, do trabalhador ao empresário, podendo atingir, inclusive, as instituições democráticas.

Nesse sentido, exige-se um primeiro passo, firme e decisivo, na busca de alternativas que recoloquem o Brasil no caminho das reformas e do desenvolvimento, interdito por barreiras econômicas e sociais objetivas e pelos pesados interesses do conservadorismo e de privilegiados da especulação.

Existem alternativas realistas?

Não é hora de discutir a formatação de um possível campo maior de oposição, como pretendem certos segmentos da política nacional, inclusive setores de esquerda dissidentes do governo.

Um fato é certo: oposição e governo não possuem uma proposta capaz de superar rapidamente os desafios postos pelas conjunturas nacional e externa. Uma nova e urgente estratégia de desenvolvimento integrado precisa ser construída, enfrentando antigos preconceitos e dogmas e, corajosamente, delineando alternativas que garantam a um só tempo a retomada do

crescimento sustentado com melhor distribuição de renda, o fim da exclusão social, a redução das desigualdades e a inserção maior do país, com soberania e competitividade, no processo de globalização.

O Brasil dispõe de abundantes recursos humanos e materiais e, para alcançar o objetivo do desenvolvimento, precisa de forte determinação e liderança políticas, de capacidade para mobilizar as forças democráticas e reformistas, rompendo com a inércia e com a idéia da inevitabilidade do caminho único apresentado ilusoriamente à nação por visões hegemônicas de cultura neoliberal e financista.

Nosso maior desafio é compatibilizar desenvolvimento econômico com justiça social. Sabemos que o Brasil foi um dos países com maiores índices de crescimento econômico do mundo, entre 1945 até começos da década de 1980. Contudo, tal desempenho não se traduziu em melhores condições de vida para o conjunto da população, ao contrário, nossos índices sociais são estarrecedores, bastando citar que somos a 13ª economia em tamanho e a 59ª em crescimento social.

### **O governo e a realidade**

Depois de mais de um ano e meio de governo, pouco foi feito, a rigor, para superar as condições sociais e as dificuldades econômicas do passado, remoto ou recente. Na gestão pública, não se conseguiu avançar na reforma democrática do Estado; no campo econômico, a ortodoxia continua intocável e o velho receituário, dominante pelo menos desde o início dos anos 1990, impera soberanamente; na área social, o avanço foi mínimo e, o que é pior, perdeu-se tempo ao se insistir em políticas compensatórias e assistencialistas (como, por exemplo, o Fome Zero), limitadas para a redução efetiva das imensas desigualdades sociais, quando não perpetuadoras destas. Na política, pouco se faz para alterar padrões culturais e de comportamento no ato de governar, resultando na manutenção de práticas fisiológicas, e no aparelhamento ou partidarização do Estado em limites nunca vistos anteriormente no país, afetando gravemente a sua própria capacidade gerencial.

Dessa maneira, o governo - que continuamos a apoiar -, amarrado por setores conservadores de sua base de sustentação e pelo temor do naufrágio da estabilidade econômica, ainda não emergiu, com visibilidade, no contexto mais amplo da República, e tem se revelado paradoxalmente incapaz de inovar.

Nesse cenário, cresce o risco de um quadro de instabilidade social, sendo algumas de suas manifestações já evidentes: o recrudescimento da violência, não apenas nos grandes centros urbanos, mas também na zona rural;

o descontentamento das camadas médias urbanas e rurais; a decepção dos setores populares; a perplexidade dos trabalhadores e de seus sindicatos; a frustração vocalizada pelo mundo intelectual e cultural; e as dúvidas do empresariado, traduzidas no investimento escasso e difícil.

Os motivos para tão intensas insatisfações, refletidas nas pesquisas de opinião, são muitos. Nos últimos cinco anos, a renda média real do trabalho dos brasileiros caiu 30%, sendo que só em 2003 perdeu 10% comparativamente à de 2002. Não por acaso, a mais nova pesquisa do IBGE sobre orçamento familiar aponta que 85% dos domicílios brasileiros vêm encontrando dificuldades para fechar suas contas ao final do mês.

Apesar de todos os esforços saneadores, o custo da elevada dívida pública em relação ao PIB continua asfixiante. Para pagá-la, o modelo utilizado eleva a carga tributária e esmaga sistemicamente ainda mais a economia, restringindo novos investimentos públicos, desestimulando inversões do setor privado e, conseqüentemente, dificultando a geração de novos empregos e corroendo a capacidade de compra.

Como em qualquer outra economia moderna, o Brasil não pode crescer, de forma sustentada, com baixo investimento público e privado, e altas taxas de juros. Demonstra-o a média das nossas recentes taxas de crescimento que está entre as menores dos chamados países emergentes. Se comparadas com as da China e da Índia, por exemplo, podemos considerar péssimo nosso desempenho.

### **A dilapidação dos recursos**

A política econômica em vigor na última década mostrou-se insuficiente e freqüentemente restritiva para o nosso desenvolvimento, colocando-nos no rol das economias estagnadas e mais vulneráveis. No período 1990 a 2003, o mundo cresceu 3,58% ao ano e o Brasil um pouco mais de 2%; de oitava economia do planeta caímos para 13<sup>a</sup>. Está evidente que não haverá o crescimento por todos esperado se prevalecer a ortodoxia financeira, cujo principal resultado tem sido o incremento da parcela paga em juros da dívida pública em relação ao PIB. Apesar do enorme sacrifício fiscal, o governo vem pagando menos da metade dos juros, e o restante se tem somado ao principal. Os efeitos colaterais desse modelo são significativos, como a dilapidação das políticas públicas quando não seu brutal contingenciamento, a perpetuação das más condições sociais, especialmente em suas desigualdades, e o enfraquecimento do setor empresarial local, criando uma situação adversa ao Brasil na atual dinâmica da economia mundial.

Essa política dá continuidade à inversão do papel reservado ao Estado: de indutor presumível da economia passou à condição de consumidor da poupança do país, devorando recursos desviados dos investimentos, reduzindo a sua capacidade de enfrentamento dos desafios sociais e econômicos e gerando uma carga fiscal sem precedentes. O remédio, como dizem alguns, virou doença – o que terminará, a longo prazo, ferindo de morte a própria estabilidade monetária duramente conquistada.

Depois da desvalorização de janeiro de 1999, esperava-se que a aplicação de taxa de câmbio flutuante conferisse maior autonomia à política monetária, possibilitando substancial queda nas taxas de juros reais. Na prática, os resultados não foram os esperados. Em um país de moeda não conversível, com elevado endividamento externo – e obrigado a reduzir drasticamente as suas importações e elevar ao máximo as exportações – uma taxa de câmbio flutuante não poderia senão levar à desvalorização da moeda nacional. Em adição, as bruscas oscilações nos fluxos de capitais externos ao Brasil, com momentos de abundância e outros de rápida retirada, acentuaram ainda mais as variações na taxa cambial, gerando maior volatilidade e incerteza na economia.

As intermináveis “ondas” de desvalorização cambial, observadas desde então – por exemplo, em 2001 e 2002 –, reduziram ainda mais o espaço da política econômica, agora ancorada num regime otimista de metas de inflação e de redução promissora da relação *dívida pública/PIB*. Esta combinação de objetivos torna-se refém da instabilidade cambial. A desvalorização pressiona os preços, o que, no sistema de metas de inflação, exige que o Banco Central eleve a taxa de juros doméstica. Esta, por sua vez, impacta negativamente e de forma quase imediata no custo da dívida pública. Como um dos nossos principais critérios de desempenho acordados com o Fundo Monetário Internacional é a relação *dívida pública/PIB* e, dado o baixo crescimento da economia decorrente deste conjunto de políticas, a variável de ajuste são os crescentes superávits primários do setor público, acima, aliás, do que pretendia inicialmente o próprio FMI.

Não é surpresa que as fontes de dinamismo de crescimento estejam restritas ao setor exportador e ao agronegócio, sobretudo graças à elevação do preço internacional de alguns produtos, como soja e carnes. Mas tal desempenho, por si só, é limitado para estimular toda a economia brasileira na direção da retomada do crescimento sustentado com distribuição de renda.

Além dos principais produtos exportados possuírem pouco valor agregado, a despeito da alta tecnologia que contêm, eles estão concentrados em setores menos dinâmicos do comércio mundial. O cenário internacional favorável às nossas exportações, nos últimos dezoito meses, não deve

obscurer as dificuldades de sua manutenção. No tocante às *commodities*, por exemplo, estamos sujeitos às variações de preços determinadas em bolsas internacionais e à disputa ferrenha por mercados, concorrendo com mecanismos de subsídios e protecionismo dos países desenvolvidos. Sem esquecer que o Brasil está próximo de um estrangulamento de seu setor logístico de transporte.

### **O desmonte das políticas públicas**

Quanto aos determinantes internos do crescimento, o desempenho tem sido aquém do desejável. O consumo tem se recuperado de forma modesta e lenta e o investimento simplesmente não ocorre em nível necessário para manter o crescimento. A ampliação do consumo dependerá tanto da redução das taxas de juros reais quanto do aumento do emprego e da massa salarial, bem como da maximização das políticas públicas universalizantes de cidadania. E a parcela do consumo que depende de crédito está amarrada pelos altos *spreads* cobrados pelo sistema financeiro, e pela indisposição das pessoas ao endividamento, reflexo da insegurança do emprego. Prova disso é o relativo fracasso da política de crédito “favorecido” posta em prática pelo governo, cuja demanda ficou muito abaixo das disponibilidades.

Quanto ao investimento, somente nos dois últimos anos houve uma queda real de 11% com relação ao PIB, atingindo 18,05%, em 2003, o seu menor nível desde 1985. O seu aumento depende das perspectivas de crescimento do mercado doméstico e também da recuperação da infraestrutura econômica e social do país. O governo vem enfatizando o potencial das Parcerias Público-Privadas para a retomada do investimento, mas não foi ainda capaz de aprovar a legislação básica, por falhas no projeto e disputas dentro do próprio governo.

Lamentável, nesse sentido, é a ausência de uma política habitacional na agenda de um governo popular. A única iniciativa, só recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, referiu-se à regulação de casos de falência de empresas construtoras que atendem à classe média. E a anunciada proposta de uma Política Nacional para o Saneamento Básico e Ambiental, com seu viés centralizador, não parece atender às reais expectativas do setor sobre o qual recai a advertência da Organização Mundial da Saúde: para cada dólar investido em saneamento, economizam-se de 4 a 5 dólares em medicina curativa.

Ainda no plano das políticas públicas, causam apreensão as hesitações do governo no tocante à educação, com a ausência de um projeto estratégico que englobe do ensino fundamental ao superior, além da descontinuidade de programas que vinham apresentando bons resultados, iniciados no governo

anterior e até no atual. É preciso assinalar a indefinição política quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente grave em suas conseqüências, de que são exemplo a pesquisa genética (sobretudo a relativa às células embrionárias), uma certa paralisia nas atividades da Embrapa e de outros centros de investigação, e a indefinição sobre a CTNBio, com impacto negativo na formulação de uma clara diretriz para os transgênicos.

Enfim, o atual governo mistura paralisia, desordem e equívoco na definição de prioridades. Na saúde e educação, o que há são anúncios de inovações não implementadas e deterioração nos serviços prestados, com destaque para o fato de não se ter ainda pensado em criar as condições que permitam o ensino do segundo grau ser universal e obrigatório. No desenvolvimento social, permanece sempre o objetivo de unificação de programas assistencialistas, mas sem introduzir ou ampliar novas iniciativas. Na reforma agrária, há conflitos de interesses em sua gestão, posto que beneficiário e gestor se confundem na mesma pessoa, para não falar nas concepções divergentes das questões agrária e fundiária entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. No meio ambiente, também ocorre este conflito de interesses que interdita e descredencia a interlocução com outros setores do governo e da economia, para garantir avanços na sustentabilidade de nosso desenvolvimento. Na infra-estrutura (rodovias, ferrovias, portos, minas e energia, comunicações etc.), persistem estrangulamentos provocados pela falta de investimentos públicos e que não serão resolvidos facilmente pelo projeto das PPP, ainda não aprovado e que mantém equívocos preocupantes na sua formulação. Permanecem as dificuldades com as agências de regulação de vários setores que, aparentemente, também consomem todas as possibilidades de se buscar formas para garantir o investimento e a manutenção de nossa infra-estrutura.

Se tudo isso não bastasse, preocupam ao PPS diversos outros aspectos políticos da ação governamental. Em vários acontecimentos – como no caso de invasões de terras, não importando se produtivas ou não, pelos diversos MST, desbordando para ocupações de prédios públicos ou privados, ora para libertar presos ora para impor candidatos seus a partido político – constatam-se sinais perigosos de omissão e falta de autoridade. A própria questão ética – um patrimônio importante de qualquer governo para enfrentar grandes problemas colocados pela descrença da sociedade –, vem sendo abalada com denúncias de casos de suma gravidade, agravadas com a manutenção de relações clientelísticas com o Congresso e com as iniciativas mutuamente pouco condizentes entre o Judiciário e o Executivo, contrariando a imprescindível independência entre os poderes.

Este conjunto de questões, seja de desmonte e/ou de omissão, seja de relações não transparentes e conflituosas, forma um cenário incompatível com o fortalecimento das instituições democráticas e da República.

### **A coragem de ousar**

Ilusório é acreditar que a solução para a crise esteja na reprodução de alianças políticas passadas, tendo em seu centro personalidades e grupos que nunca celebraram compromissos mais diretos com a democracia, com o atendimento das necessidades sociais, com a reforma democrática do Estado e o desenvolvimento sustentável. A nova pactuação de forças implicaria unir vastos segmentos políticos e sociais, sendo imprescindível que o partido majoritário no governo supere a sua postura hegemônica e abra um diálogo mais produtivo com os aliados e outros setores democráticos que se articulam no campo da oposição. Faz-se necessário um novo realinhamento com a intelectualidade e os movimentos sociais organizados do país, e isso não ocorrerá com iniciativas de propostas que visem, sob qualquer tipo ou forma, controlar, fiscalizar e, no limite, cercear o processo de criação cultural ou de informação. Só assim o partido majoritário do governo se qualificaria para dirigir a mudança.

Um dos primeiros passos na área econômica é o debate responsável e democrático de um projeto maior para o Brasil, do qual participem os poderes da República e todos os setores organizados da sociedade, sem restrições, sem qualquer tipo de dogma e preconceito em todo o campo econômico, na procura de um novo modelo que mantenha o que já foi conquistado e rompa as restrições que nos tolhem.

Paralelamente a essa postura política, faz-se necessário construir uma nova formulação econômica que parta das necessidades sociais a atender e que aproveite os espaços existentes para fazer o país crescer de forma sustentada e distribuir renda, mesmo consciente dos limites da economia global.

Deve ser um projeto que tenha noção real da volatilidade do capital financeiro externo, do nosso elevado e histórico passivo externo e a fragilidade de nossas finanças públicas, e que adote medidas que diminuam ao máximo a dependência da nossa economia ao sistema financeiro internacional, sem rompimento de contratos ou compromissos, sem a adoção de aventuras e a difusão de bravatas. Mas com ousadia e coragem. Com a economia globalizada, não devemos ter a ilusão da viabilidade de qualquer alternativa autárquica, fundamentada em concepções do nacionalismo clássico.

As instituições financeiras no país não estão funcionando adequadamente para impulsionar o crescimento sustentado. Tanto que, se a economia está estabilizada, não há porque o sistema bancário cobrar *spreads*



absurdos. Por isso, impõe-se promover uma reforma do sistema financeiro nacional, que objetive estabelecer uma outra política de créditos de longo prazo e em condições de juros baixos, possibilitando a retomada equilibrada do investimento. É preciso que o sistema de crédito público exerça um papel de liderança em relação ao sistema privado. Não se trata do falso dilema de ser moderno ou atrasado, pois sempre foi assim em outros países e entre nós.

Lamentavelmente, no Brasil, não só desmontou-se o sistema público no setor, como reduziu-se muito o seu papel e privatizou-se a gestão dos bancos estatais.

É preciso também criar um imposto progressivo sobre o lucro das instituições financeiras, as empresas menos tributadas no país, que, conforme levantamento do Banco Central, no primeiro trimestre deste ano, mesmo obtendo os maiores lucros em toda a história republicana, pagaram 54% menos de impostos que no mesmo período em 2003.

### **Maior integração**

Não há a menor possibilidade de desenvolvimento e bem-estar social sem uma ainda mais forte integração da economia brasileira à mundial, por meio da ampliação das trocas internacionais e da atração de investimentos produtivos externos e de tecnologias inovadoras. Porém, em virtude da história da nossa formação econômica e do tamanho de nosso mercado doméstico, temos que negociar com competência e buscar garantir que nessa integração possamos ter acesso efetivo aos mercados internacionais e a novas tecnologias e buscando mecanismos que possibilitem vários segmentos produtivos e de serviços brasileiros se ajustarem à concorrência globalizada, dentro de um prazo estabelecido.

Nessa direção, o Brasil deve participar de forma ativa desse processo, aprofundando a iniciativa de integração regional a partir do Mercosul, superando os percalços que surgem, particularmente com a Argentina, criando possibilidades de aumentar a competitividade desse grupo de países e de construir alianças nas negociações mundiais por meio da implementação pactuada de políticas comuns que aumentem o grau de interdependência das economias do Cone Sul. Tal iniciativa deve servir de plataforma para o avanço de iniciativas ainda mais ambiciosas no campo da integração hemisférica, na ALCA, e intercontinental, com a União Européia.

Em ambos os exercícios, em conjunto com seus parceiros do Mercosul, deve-se atentar para os desafios da integração assimétrica e cotejar, com o devido cuidado, as ameaças e oportunidades inerentes à aproximação de blocos com capacidade econômica e trajetória histórica tão díspares. Toda a

atenção de nossos negociadores deve estar voltada para os efeitos líquidos de uma maior integração comercial contra uma maior exposição do nosso tecido sócio-econômico ao ambiente de competição internacional, embasado em marcos regulatórios nem sempre compatíveis com o nosso nível de desenvolvimento, e, muitas vezes, desenhados para conferir vantagens competitivas espúrias aos nossos parceiros/concorrentes, como é o caso da política de subsídios agrícolas praticada no Hemisfério Norte, em franca contradição com o discurso fácil de livre concorrência preconizado pelos países do G-7. Por outro lado, existem interessantes oportunidades a serem mais bem exploradas, como as do comércio de serviços e transferência de tecnologia, por exemplo.

No campo multilateral, o Brasil conquistou um espaço privilegiado em Genebra com a criação, por sua iniciativa, do G-20. Malgrado os percalços vivenciados desde o Encontro de Seattle, o mundo precisa avançar nas negociações da Rodada de Doha, visando a um desenvolvimento mundial mais justo, equitativo e sustentável. Para tanto, há que se observar o direito dos países em desenvolvimento ao tratamento especial e diferenciado em todos os tópicos da negociação e o objetivo de se aumentar significativamente, e mais do que proporcionalmente, o acesso dos produtos do Terceiro Mundo aos mercados centrais, por meio do desmonte dos mecanismos de proteção ora vigentes.

Ressalte-se ainda que estamos conseguindo recuperar nosso espaço no mercado internacional, de maneira vigorosa e sustentada. Com isso, as empresas nacionais podem ter uma oportunidade ímpar de mergulhar mais velozmente na curva de aprendizado, por meio da disputa em mercados competitivos. Infelizmente, os indicadores demonstram que a nossa participação está concentrada basicamente em bens concorrenciais, com reduzido conteúdo tecnológico, com óbvias exceções, como os aviões da Embraer.

Para penetrar nos nichos dinâmicos da economia mundial, o país precisa de uma política industrial que confira competitividade sistêmica a seus produtos. Esta política não deve estar focada em competências correntes, mas em potenciais que sejam desenvolvidos visando à exploração de janelas de oportunidade que estão se abrindo nos novos campos tecnológicos, como a engenharia genética, a energia renovável (de que são maior exemplo os biocombustíveis), a nanotecnologia e a robótica, por exemplo.

A experiência histórica demonstra que os países que entraram para o clube dos desenvolvidos nas últimas duas décadas, não o fizeram seguindo a trilha aberta pelos líderes mundiais, mas explorando trajetórias alternativas em

nichos tecnológicos dinâmicos que vislumbraram como promissores em seus processos de planejamento estratégico.

Neste mesmo sentido, precisa-se de uma política específica para a manutenção do espaço conseguido pelas pequenas e médias empresas no mercado internacional. Dados recentes demonstram que, apesar de responderem por 70% do quantum exportado, o valor total deles não alcança os 15%. A experiência inovadora da APEX no campo do apoio às exportações das PMEs deve ser melhor aproveitada, e mais incentivada, para que o aprendizado que a ocupação do mercado externo representa não seja perdido pela falta de sustentabilidade da atividade exportadora dessas empresas.

### **O estrangulamento tributário**

Atualmente, o Estado brasileiro está recolhendo a maior carga tributária em nossa história, próxima a 40% do PIB, composta, na sua maioria, de impostos indiretos. Ademais, esta arrecadação se dá numa estrutura tributária desigual, distorcida e injusta, tendo o governo anunciado sua meta de discutir uma efetiva reforma. Infelizmente, observamos que o objetivo central do debate era manter e ampliar instrumentos que garantissem esta elevada carga tributária, sem qualquer mudança efetiva em sua estrutura.

Há promessas de, em breve, ser retomada a reforma. No entanto, não há esforços para abrir uma discussão séria sobre a estrutura tributária e seus impactos sobre a capacidade de crescimento e de distribuição de renda do país. Observamos apenas precárias e parciais soluções ao contribuinte, como a alteração recente na tabela do Imposto de Renda ou promessas de revisão da carga tributária, quando a realidade demonstra o efetivo aumento dos impostos (como no caso da Cofins).

Outro aspecto fundamental a considerar é a necessidade de um novo pacto federativo, em que se reduza ou se elimine o desproporcional e inaceitável controle dos recursos públicos pela União, fazendo com que parte substancial destes sejam deslocados para os municípios e os estados, de forma a que possam cumprir seu papel de universalizar a oferta com qualidade dos serviços sociais básicos, públicos e gratuitos, nas áreas particularmente da educação e da saúde, entre outras.

Quanto ao financiamento público, deve-se ressaltar que o Estado é o responsável pela maior parte da poupança de milhões de brasileiros, que colocaram o seu futuro em títulos públicos ou em moeda corrente. A estabilidade da moeda, a garantia de pagamento da dívida pública e a conseqüente solvência do Estado permitem tranquilidade à população, reduzindo a carestia e a incerteza sobre as condições macroeconômicas para os empresários investirem.

Como o PPS tem defendido, há necessidade de o governo ser mais rigoroso, criterioso e transparente na gestão da dívida pública (interna e externa) no sentido de, por um lado, impedir o seu crescimento vertiginoso - o que poderia sacrificar, ainda mais, os investimentos públicos e, no limite com o perigo, inviabilizar a sua própria sustentabilidade - e, por outro, reduzi-la de forma a permitir a recapacitação financeira do Estado e a conseqüente redução da carga tributária.

Esta necessidade é clara quando se observa o seu comportamento recente. A Dívida Líquida do Setor Público (DSLPL, a chamada dívida pública, interna e externa) tinha um saldo em 01/01/03, início do Governo Lula, de R\$ 881,108 bilhões (55,6% do PIB), correspondente a R\$ 654,312 bilhões (41,2% do PIB) da Dívida Interna Líquida do Setor Público e R\$ 226,796 bilhões (14,3%) da Dívida Externa Líquida do Setor Público. Em 2003, os juros pagos pela dívida pública consumiram R\$ 145,203 bilhões. Já os dados de junho de 2004, os últimos disponíveis, a Dívida Líquida do Setor Público saltou para R\$ 948,243 bilhões (56% do PIB projetado para 2004), sendo R\$ 771,637 bilhões (45,6% do PIB) da Dívida Interna Líquida e R\$ 176,605 bilhões (10,4% do PIB) da Dívida Externa Líquida do Setor Público. De janeiro a junho de 2004, só de juros da dívida pública foram gastos exatos R\$ 61,828 bilhões.

Diante disso, o PPS também vem defendendo a necessidade de o governo negociar com os credores o alongamento do perfil da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), estoque de títulos em mercado emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, e que alcançava R\$ 731,4 bilhões em dezembro de 2003. Em junho de 2004, esta mesma dívida cresceu para R\$ 758,2 bilhões (44,8% do PIB). Seus atuais indexadores precisam ser rediscutidos. É preciso negociar para avançar. Nós, do PPS, dizemos isso com a responsabilidade que sempre caracterizou nossas ações, daí não aceitarmos insinuações de que em nossa proposta estaria embutida qualquer hipótese de calote. Para tanto, impõe-se aprimorar a gestão dessa dívida, com a oferta de títulos que proporcionem segurança e retorno a seus detentores e que resultem em uma estrutura de pagamentos compatíveis com as fontes de recursos do setor público.

Evidente que há que reduzir e evitar no futuro maior participação de títulos públicos indexados à variação cambial ou a movimentos na taxa de juros básica; há que se oferecer títulos de maior prazo para investidores institucionais, como fundos de pensão, que permitam atender os seus requisitos atuariais. Possíveis formas seriam títulos de longo prazo vinculados

ao IPCA e à variação real do PIB ou à própria receita do Tesouro, que poderiam estimular comportamentos anticíclicos do gasto público.

Por fim, mas não por último, há que se expandir iniciativas como o Tesouro-Direto que permite a venda direta de títulos ao público, estimulando a poupança individual, ampliando o conhecimento do público em geral sobre os melhores retornos e segurança de longo prazo da dívida pública e reduzindo a preferência por ganância de resultados imediatos, característica do oportunismo prevalecente nos últimos anos no Brasil.

Na dívida externa pública, conclamamos que seja finalizada a separação de atividades entre o Banco Central e o Tesouro, iniciada há dez anos com a transferência a este das emissões de títulos no exterior e sobre as compras e vendas de divisas para o pagamento de compromissos internacionais. Também precisam ser analisados os impactos positivos e os custos de nossa carteira de empréstimos com os organismos multilaterais. Em 2003, o Brasil efetuou transferências líquidas ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de US\$ 2,4 bilhões. Devemos decidir se continuamos a aceitar esses recursos para incrementarem as nossas reservas internacionais ao atender as condicionalidades dessas instituições ou se há capacidade fiscal para utilizar esses recursos em investimentos públicos.

### **Planejamento estratégico e responsabilidade social**

No tocante à questão fiscal, o PPS solicita o cumprimento de uma das premissas básicas de nosso apoio ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva que é a recuperação e implementação do planejamento estratégico das ações públicas, com definição de prioridades e metas, identificação de instrumentos, atribuição de responsabilidades e implementação de sistemas de avaliação. Houve certa esperança, nesse sentido, com a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, mas observa-se que o governo não está dando prioridade à sua implementação.

A melhor gestão fiscal possibilitará abrir espaços para uma política monetária mais favorável ao crescimento econômico, sem comprometer a estabilidade dos preços. O sistema de metas de inflação poderá ser aprimorado, com a utilização de metas de maior prazo e com maior amplitude da banda, se necessário. A recente adoção de bandas menores para 2006 foi certamente um duvidoso lance da área econômica para demonstrar confiança ao mercado financeiro. Porém, a confiança das autoridades monetárias também deveria refletir-se numa política de juros mais condizente com a recuperação do nível de atividade e sem apresentar temores quando do surgimento dos primeiros sinais de crescimento econômico, como ocorreu na última reunião do Copom, em julho.

Consolidando-se a trajetória de menores taxas de juros reais, haverá espaço para analisar as metas quanto à evolução da dívida pública e ao *superávit* primário necessário para demonstrar a solvência do setor público. Certamente, poderemos atuar com *superávits* primários menores aos que o atual governo se comprometeu.

Outra sugestão é a de o governo alterar, se realmente quer ajudar a moldar um Brasil diferente, os paradigmas da administração pública. O PPS defende a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e maior transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento de investimentos, recorrendo a metodologias que permitam compará-lo mais facilmente com os orçamentos fiscal e da seguridade social. Deseja, ainda, a implantação do registro total da dívida pública (contratual e mobiliária, interna e externa) e a centralização de seu controle, bem como a inclusão, no Orçamento, da desagregação dos dispêndios efetuados com pagamento da dívida pública contratada, nos moldes já adotados pelo Siafi.

Estes princípios deveriam ser também estendidos a todos os níveis de governo, como determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Também há que se retomar a criação do Conselho de Gestão Fiscal nela previsto e o debate de uma nova lei de finanças públicas e da atualização da Lei nº 4.320/66 que permita modernizar a contabilidade pública. Nas sociedades contemporâneas e complexas, o Estado é incompetente para controlar sozinho as contas públicas. A sociedade precisa ser convocada a ajudar nessa tarefa, de forte conteúdo republicano e democrático. E um passo decisivo nessa direção seria disponibilizar senhas do Siafi à sociedade civil.

O PPS, fiel a seus compromissos sociais, defende que cada instância institucional do poder deve estar orientada pelo princípio do pagamento da dívida social. Ou seja, mesmo reconhecendo a importância e os avanços obtidos pela aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal no zelo com os recursos públicos, precisamos estabelecer como seu contraponto a construção de Indicadores de Mínimos Sociais, que nortearão as prioridades sociais só possíveis de serem elencadas pela prévia elaboração e análise de mapas de diagnóstico – social, econômico, ambiental, da infra-estrutura e da cidadania ativa. Os mínimos sociais apontarão a definição de metas anuais e a médio e longo prazo a serem registradas nos Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Em suma, a outra parte que falta na realidade atual da União, dos estados e dos municípios é uma Lei de Responsabilidade Social.

### **Uma nova gestão da Coisa Pública**

Os sucessivos governos no Brasil vêm negligenciando o fundamental papel de agente coordenador da ação privada e promotor do bem-estar social que o Estado pode desempenhar. Falta conferir-lhe maior capacidade gerencial

na persecução de resultados, via consolidação de carreiras que lhe são típicas e indispensáveis e por meio da implementação de mecanismos de transparência e voz que permitam ao cidadão ter maior acesso às decisões governamentais.

A reforma que preconizamos visa superar à visão utilitarista da máquina governamental, que herdamos da nossa colonização ibérica e que faz com que patrimônio público seja considerado propriedade privada dos governantes de plantão. O fisiologismo, que se manifesta em inaceitável aparelhismo da máquina pública, e o clientelismo, que premia com toda sorte de benesses, como verbas e cargos, o adesismo oportunista de sempre, nada mais são do que sintomas de um mal característico do atraso, o *patrimonialismo*, que impede que a melhor tradição republicana permita que o Brasil seja realmente de todos.

É chegada a hora de se discutir seriamente que Estado necessitamos e que relações este deve manter com a sociedade. Deve ser bem-vinda a oportunidade de se repensar o modelo de gestão corporativa deste ente realmente vocacionado para o provimento do bem público, seja na sua acepção mais simples e visível, como no caso da segurança e da educação, mas também nas suas formas mais complexas e sutis, como na regulação eficiente dos mercados, ou na geração de ciência pura, por exemplo.

A complexidade dos processos sócio-econômicos atuais requer conhecimento específico e especializado de profissionais que não podem, e não devem, ser contaminados pela ética dos fins - típica de certa militância político-partidária, e que acaba por trazer para dentro da gestão pública conflitos que não só não lhe pertencem, como acabam por acarretar na sua degeneração funcional. Não podemos permitir que o uso privado dos meios públicos redunde em geração de benefícios, seja na forma de emprego, seja na forma de rendas, para um grupo restrito da sociedade. Não devemos transigir com a exploração inescrupulosa do dinheiro público para fomentar atividades privadas não-produtivas de qualquer natureza.

A sociedade requer um Estado moderno que tenha nos processos democráticos e nos fundamentos republicanos a sua própria razão de ser. Há que se implementar na administração pública federal um modelo de governança democrática e progressista que privilegie o mérito em detrimento das relações de clientela e que considere o recurso humano como estratégico para que possa melhorar seu desempenho no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Ou se reforma o Estado, ou ele continuará a deformar impiedosamente as relações sociais e de poder.

## **O rompimento de um círculo vicioso**

No setor externo, a abertura de novos mercados e a expansão das exportações com a qualificação tecnológica da pauta devem continuar sendo prioridade. As negociações internacionais em que o Brasil participe precisam objetivar sempre abrir e consolidar mercados para nossos produtos. Além do apoio às exportações, realizando os investimentos em infra-estrutura para facilitar o acesso aos portos, e ao desenvolvimento de uma capacidade produtiva local competitiva em termos mundiais, o governo deve atuar para reduzir a nossa vulnerabilidade externa, especialmente quanto aos impactos dos fluxos de capitais internacionais.

O uso da poupança externa, por meio de maior ingresso de investimentos diretos, pela colocação de títulos brasileiros no exterior ou por empréstimos junto ao sistema financeiro internacional, já demonstrou ser limitada, com os nossos credores e investidores estrangeiros dificultando nosso acesso a novos recursos. O uso do endividamento externo deve ser visto com cautela tanto pelo setor privado como pelo público. Nos investimentos diretos estrangeiros, devemos monitorar e orientar para que sejam realizados em setores competitivos, que incrementem a nossa capacidade de gerar divisas. Ainda que não pareça ser o cenário para os próximos meses, caso ocorram novos momentos de abundância de capitais será recomendável existir uma política brasileira para ordenar o ingresso deles na economia, evitando distorções em nossa estratégia de consolidação do balanço de pagamentos e na trajetória de crescimento econômico.

O controle de capitais é hoje comum em alguns países, sendo de considerar que agências internacionais de financiamento e economistas os mais renomados, como o Nobel Joseph Stiglitz, já admitem como necessária essa medida. O PPS é favorável a alguma forma de controle de capitais de não residentes, sobretudo os de curto prazo, de caráter especulativo, cuja liberdade de entrada e saída no país constitui-se entrave ao desenvolvimento sustentado da economia, já patrocinado de maneira exitosa por vários países, como a República Popular da China, Chile, Índia, Malásia, Coreia do Sul e Argentina. Sem falar do necessário controle das famosas contas CC-5 que, além da importância para as relações econômicas com outros países, transformaram-se, com a complacência do Banco Central, em instrumento privilegiado de evasão de divisas patrocinado por especuladores nacionais e “lavagem” de dinheiro, fruto da corrupção.

O sistema de câmbio flutuante tem se mostrado capaz de evitar taxas artificiais cuja sustentabilidade somente ocorria com grandes custos para a economia. Há, no entanto, que adequar a nossa regulamentação cambial a este novo sistema, como a unificação dos mercados de câmbio, sua simplificação de procedimentos, mas sempre exigindo transparência, responsabilidade e coordenação da informação destas movimentações para fins fiscais e de controle de lavagem de dinheiro.



Para dar consistência a este sistema cambial, o Banco Central deve constituir reservas internacionais maiores às que observamos hoje, descontando os compromissos com o FMI. No entanto, essa política de reservas deverá estar coordenada com os objetivos de política monetária, pois influi na formação da taxa de juros interna, e de política fiscal, pois pode ocorrer a necessidade de neutralizar o impacto das maiores reservas com a colocação de títulos públicos. Dever-se-ia também desenvolver esforços para o objetivo de atingir os padrões de outros países emergentes, no endividamento externo – uma relação *dívida externa/exportações* inferior a 2,0, ou seja, alcançarmos um valor de exportação superior a US\$ 110 bilhões nos próximos anos, caso não haja maiores incrementos na dívida – e na geração de divisas – com um *superávit* comercial próximo ao suficiente para equilibrar a conta corrente, que nos atuais valores brasileiros de pagamento líquido de serviços e de juros e remessas de lucros exigem um *superávit* anual de aproximadamente US\$ 28 bilhões, como está ocorrendo.

Porém, todo o esforço de consolidar nosso balanço de pagamentos ocorrerá apenas se existir confiança na nossa economia, especialmente pelos brasileiros. Esta confiança está relacionada à nossa expectativa de longo prazo para a economia, para o cumprimento de contratos, a estabilidade social e política e, principalmente, nosso potencial de crescimento.

### **As medidas que se impõem**

A retomada do crescimento que observamos positivamente nesses últimos meses será passageira e não gerará o desenvolvimento esperado se não for acompanhada de uma mudança efetiva na política macroeconômica, se não superarmos o obstáculo do endividamento público, que hoje atinge cerca de 60% do PIB, se não exercermos algum tipo de controle sobre os capitais, se não reequacionarmos nossas políticas de superávit primário fiscal, de gastos e investimentos, se não reduzirmos os juros reais tão elevados hoje praticados, e se não vincularmos as metas inflacionárias às de crescimento e sociais.

Acrescente-se um conjunto de ações governamentais de forma decisiva e urgente, tanto no gasto governamental quanto no fomento à atividade privada. No gasto público, o governo vem indicando seu objetivo em alterar as vinculações que engessam o orçamento, porém não detalha quais critérios guiarão a alocação de recursos para setores sociais importantes. Igualmente, não se conhece como seria a alocação de uma maior disponibilidade de investimento público. Setores como saneamento, equipamentos urbanos, infraestrutura viária e habitação, que se caracterizam pela grande capacidade de absorver mão-de-obra, poderão merecer maior disponibilidade de recursos, mas somente se o governo priorizar e implementar marcos regulatórios

críveis, apresentar e executar projetos viáveis financeiramente e adequados à sua sustentabilidade ambiental.

A estas iniciativas deve-se adicionar a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, construída a partir de estudos com técnicos e especialistas, e após debates e audiências públicas, por iniciativa do Executivo e do Legislativo, política hoje ainda subordinada a um elevado contingenciamento de verbas e/ou à falta dos recursos necessários.

No fomento à atividade privada, além da nova política industrial apresentada só recentemente, o governo deve buscar formas para reduzir os encargos tributários para investimentos produtivos, especialmente os que aumentem a capacidade de produzir para além do mercado interno. Igual preocupação deve ter o apoio à maior qualificação e inovação tecnológica para ampliar a pauta de produção competitiva interna e a oferta de nossos produtos ao exterior.

Todos os países emergentes bem sucedidos utilizaram instrumentos financeiros com a presença do Estado para alavancar o seu crescimento econômico. Esta participação estatal é diversificada, desde a regulação e criação de mercados de capitais à alocação de recursos públicos diretamente.

O Brasil ainda tem importantes instituições financeiras públicas que podem atuar em apoio ao setor produtivo, estimular e consolidar um mercado de capitais, corrigir distorções de mercados e, principalmente, formar e atrair poupança nacional. O sistema de bancos de desenvolvimento (BNDES e bancos regionais) pode estabelecer linhas de longo prazo, apoiando a realização de investimentos produtivos.

Nos bancos comerciais federais e alguns estaduais, podem ser realizadas políticas agressivas de crédito, com menor *spread*, para estimular a concorrência com bancos privados e oferecer serviços àqueles que antes estavam excluídos do sistema de crédito nacional. Essas instituições podem também ajudar na formação do mercado de capitais, introduzindo novos instrumentos e dando liquidez para novos formatos de operações que promovam a abertura de capital das empresas.

Ademais da aplicação de boas práticas bancárias nessas operações, devemos ressaltar a importância da transparência e governança das instituições financeiras públicas. Deve-se exigir, além da informação plena dos seus objetivos à sociedade, o respeito à hierarquia dos níveis de controle de cada instituição e a responsabilidade dos atos de sua diretoria. O objetivo final dessa estrutura de instrumentos financeiros é ampliar a poupança interna, viabilizando mercados de capitais de longo prazo para a economia. O incremento da relação *crédito ao setor privado/PIB* deverá ocorrer especialmente com a crescente capacidade dos bancos privados de atuarem em

operações de maior prazo, como a reestruturação do sistema de habitação e financiamento de projetos.

Deve-se reconhecer o papel econômico das pequenas e médias empresas, aportando-lhes apoio fiscal, creditício e tecnológico, especialmente sua capacidade de gerar empregos. Deve-se também realizar as mudanças necessárias para incentivar o empreendedorismo individual, de grupos ou de grandes coletivos. Além disso, é necessário apoiar as organizações sociais para a formação de uma economia solidária de auto-organização, abrangendo sobretudo os trabalhadores que se tornaram ou se tornarão redundantes para a economia capitalista.

Com repercussão direta na geração de ocupação e renda, medida importante seria desbloquear a reforma agrária, dando ênfase ao Pronaf. Isto teria efeito disseminado nas áreas mais pobres e nas populações mais desprovidas de alternativas para o desemprego rural. Um severo combate à cartelização ou barreiras à comercialização dos alimentos ajudaria, também, a promover aumento real da renda das populações urbana e rural.

Na linha de aumentar a renda das famílias brasileiras e a massa salarial na economia, o governo bem que pode recuperar a capacidade de consumo das camadas médias e expandir o das camadas populares. Entre os muitos instrumentos disponíveis encontram-se a redução da carga tributária, a começar pela que incide sobre as camadas mais pobres da população, desonerando os bens de consumo básicos, e a diminuição da tributação cumulativa, acompanhadas de medidas que garantam as conseqüências em termos de diminuição de preços e aumento dos salários reais. Destaque-se que o salário mínimo, negligenciado incompreensivelmente pelo atual governo, pode se transformar em um dos mais democráticos mecanismos de distribuição de renda do país.

O aumento da renda das famílias está relacionado à possibilidade de reduzir a precariedade prevalecente em nosso mercado de trabalho e por iniciativas que permitam combater a indigência e a pobreza. Há várias iniciativas para dar ocupação decente aos brasileiros, como eliminar o trabalho infantil, combater o trabalho escravo e proporcionar acesso a um seguro desemprego e a melhorar o acesso à capacitação pelos trabalhadores. No entanto, como em outras áreas, o governo não tem demonstrado eficácia para gerir e ampliar essas iniciativas. Mais grave foi o equívoco no desenho do programa Primeiro Emprego que tanto se divulgou durante a campanha eleitoral. A informalidade deve ser enfrentada não com um viés fiscal, mas sobretudo gerencial, de dar facilidade para que o pequeno empresário e seus empregados possam ter acesso aos mecanismos de crédito, capacitação e seguro social.

Além de atuar no mercado de trabalho, o governo deve observar como os programas de transferência de renda podem ser mecanismos eficazes para facilitar a inclusão desses brasileiros no mercado de trabalho de forma não exploratória, como estimulando a formação e capacitação e a geração de atividades próximas à situação econômica das populações mais pobres e carentes, como mutirões para melhorar condições de moradia e manutenção de estrutura educacional e social.

### **O objetivo final**

As diferentes propostas apresentadas nesse documento objetivam ir além da retomada do crescimento sustentado e da manutenção da estabilidade macroeconômica. Desejamos transformar a sociedade e a economia brasileiras, para que suas potencialidades sejam efetivadas de forma mais justa. Afinal, somos atualmente 50 milhões de pobres, 20 milhões de indigentes, 17 milhões de analfabetos, 8 milhões de desempregados formais, 300 mil presidiários (cujo número dobrou em apenas oito anos e cresce 1% ao mês). E os recentes dados divulgados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento servem de alerta do longo caminho que ainda temos a percorrer, numa sociedade ultradesigual como a nossa, para atingirmos níveis razoáveis de qualidade de vida. O Brasil está na 72ª posição da classificação geral, com IDH de 0,775, ficando muito abaixo de vários países latino-americanos como Argentina (34ª), Chile (43ª) e México (53ª), sendo de considerar que países como China e Índia, que têm apresentado ritmo invejável de crescimento nos últimos anos, estão bem abaixo do Brasil em termos de desenvolvimento: 94ª (IDH de 0,745) e 127ª (IDH de 0,595), respectivamente. Porém, devemos estabelecer uma trajetória para nossos indicadores sociais, como os propostos pelos Objetivos do Milênio, nos quais se comprometem metas de redução da pobreza e da fome, acesso à educação, melhoria da saúde, redução das discriminações, garantia da sustentabilidade do desenvolvimento e promoção da parceria global.

Para começar, os brasileiros precisam conhecer melhor as injustiças criadas em nosso processo civilizatório. Vários estudos e diagnósticos foram feitos analisando as desigualdades de renda, da riqueza, regional, racial, de gênero, educacional, etc. Para melhor difundir estes retratos da sociedade brasileira, há que conscientizar as pessoas sobre estas disparidades e procurar mobilizá-las e organizá-las para que possam implementar ações diferenciadas a fim de corrigi-las e/ou eliminá-las de forma inteligente e eficaz. O uso de normas contra os preconceitos e a discriminação além da criação de

programas especiais para melhorar a capacidade de inserção são mecanismos a ser implementados.

O combate à desigualdade e à injustiça não será bem sucedido se não houver um complemento em relação à pronta aplicação da Justiça e de uma efetiva política de segurança. No Brasil, entre 1979 e 2001, segundo dados do Ministério da Saúde, quase 600 mil pessoas foram assassinadas, sendo que 369 mil na década de 1990, e os mortos em acidentes atingiram 1,181 milhão, 80% a mais do que os homicídios, estes, hoje, a principal causa externa de óbitos masculinos. Os suicídios totalizaram 121.696 pessoas. Estes números mostram que a violência no país equivale a muitas guerras (somente para comparar, da Guerra da Independência à do Vietnã, em mais de dois séculos, morreram na linha de combate cerca de 800 mil soldados estadunidenses; quer dizer, no nosso país, sem guerra declarada, em duas décadas, foram assassinados 75% dos mortos estadunidenses).

Acreditamos que com o desenvolvimento, com maiores níveis de renda e emprego, e a redução das desigualdades sociais, poderemos evitar que o crime organizado recrute nossos jovens e trabalhadores, desde que complementada com a rápida ação da justiça e de eficientes serviços de segurança, que extingam as redes do crime. A destruição do uso da droga deve ser objeto de políticas sociais públicas, que incluam, além do combate ao tráfico, a introdução de políticas de apoio à educação, ao trabalho, ao lazer e à organização social nas populações mais afetadas. Exemplos deste tipo de políticas são: a abertura das escolas para a comunidade, durante o dia e à noite, nos fins de semana e nos feriados; a colaboração efetiva entre o Estado e organismos da sociedade civil; e as atividades realizadas conjuntamente com os recursos obtidos pela responsabilidade social das empresas.

O problema político mais sentido é o da impunidade, que beneficia criminosos de variados coturnos. Ela agride o sentimento de justiça e de solidariedade de milhões de pessoas, além de ferir diretamente os direitos de outras tantas. É um problema complexo porque resulta da soma de muitos outros e não terá solução se não for atacado em sua multilateralidade. Ele reúne desde a violência policial protegida por lei, passa pela corrupção dos agentes estatais, pelo saque dos cofres públicos por políticos e seus associados, pela transformação da polícia em parte orgânica do crime organizado que ela devia reprimir, pela absurda duração dos processos criminais tornada possível pela existência de um Código de Processo que parece feito de propósito para garantir a prescrição dos crimes dos endinheirados, pela corrupção de juízes, pela conivência dos Poderes Legislativo e Executivo que não cuidam de corrigir leis que apresentam brechas pelas quais a sua burla se infiltra.

O papel da Justiça não deve limitar-se apenas a questões de segurança, mas também à sua participação na formação e manutenção de valores

humanistas básicos de uma sociedade democrática, especialmente no estabelecimento de contratos, direitos e compromissos que devem indicar uma estabilidade jurídica para apoiar a nossa proposta de construir um novo Brasil, não com uma visão imediatista de curto prazo que reconhece privilégios e oportunismos, mas com uma visão de médio e longo prazo, premiando os acordos estabelecidos e a correta execução das responsabilidades assumidas.

Temos plena convicção de que o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. Este se alcança com poupança interna, juros baixos, facilidades de crédito e atração de capital produtivo; com inovação tecnológica; com educação e saúde, sem cortes e desperdícios nos gastos sociais; com políticas indutivas, não com protecionismo; com responsabilidade fiscal, mas com qualidade de gastos, e fundamentalmente com responsabilidade social.

Nosso objetivo final é uma sociedade mais democrática, mais justa e de oportunidades iguais para todos.